



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8

Intervenção na abertura do 5º Congresso da SOPCOM



MANUEL PINTO

Universidade do Minho ~ mpinto@ics.uminho.pt

O 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação ocorre num momento particularmente delicado e complexo, que torna o tema escolhido sobremodo oportuno e desafiador.

Sublinharei dois aspectos que ilustram tal relevância: os debates que, na sociedade portuguesa, em particular na esfera política, se vêm travando acerca da liberdade de expressão e da legitimidade e bondade da orientação das políticas de regulação; e, por outro lado, a emergência e pujança da produção discursiva de novos actores sociais, que tiram partido das novas ferramentas e plataformas que se desenvolveram no espaço da web.

Ao contrário do que parece, nem em nem outro destes processos é de leitura linear e simples, visto que em torno de cada um deles se jogam interesses e estratégias que complexificam o jogo dos poderes em presença e constituem reptos ao exercício da cidadania.

O primeiro processo é bem mais do que mais uma tentativa de o poder controlar os media, antes se inscrevendo num fundamental debate, que está longe de estar feito, que é o das relações e equilíbrios entre regulação e auto-regulação. Ora, à imputada 'fúria regulamentadora' não se tem contraposto uma enérgica afirmação – não apenas retórica - da via auto-regulamentadora, mas a aparente recusa de toda a regulação, quer da hetero, quer da auto-regulação.

Quanto ao segundo processo, estamos mergulhados num fenómeno de sentidos contraditórios, relativamente ao qual nem sempre se faz a distinção entre a possibilidade técnica e a prática social efectiva e generalizada. Por um lado, é um facto reconhecido que as mudanças tecnológicas e as práticas sociais a que deram lugar reforçaram algumas condições para o exercício da cidadania. Em contrapartida, a aparente profusão de espaços e de discursos – em linguagens múltiplas e de natureza e alcance diversos – sendo em si mesma um caso digno de atenção, não significa, *ipso facto*, que a participação se tenha alargado significativamente àqueles sectores excluídos da nossa sociedade.

Recorrendo ao que Wexler designou por "sociedade semiótica", é - não surpreendentemente, diga-se - o velho tema das classes sociais que ressurgue, agora em torno da divisão entre uma 'nova classe média', ou 'classe primeira', com possibilidades de acesso a recursos culturais diversos essenciais ao refazer das identidades, e, por outro lado, uma 'classe segunda', feita de gente de segunda classe, e que compreende, nos nossos dias e nos nossos contextos, um crescente número

de pobres, de jovens à procura de que viver, idosos mais ou menos perdidos ou abandonados, desempregados de longa duração, minorias étnicas ou outras, trabalhadoras domésticas, etc. – os que lutam por sobreviver numa vida vicariamente vivida, por interposta televisão ou seus sucedâneos.

Este fosso, em risco de se agravar, constitui um desafio não apenas para as políticas públicas, mas igualmente para a investigação sociológica. E na medida em que as tecnologias e os media são, ou deveriam ser, instâncias não de silenciamento ou de enviesamento de representações, mas de acolhimento e proximidade, somos também nós, investigadores das ciências da comunicação que estamos implicados – pela acção ou inacção.

Nós, que nos manifestamos adeptos das abordagens críticas, somos mais facilmente propensos a celebrar as maravilhas ou as ameaças das tecnologias do que a interrogar-nos sobre alguns dos paradoxos básicos do nosso tempo: será que com tanta ferramenta, tanta rede, tanto conteúdo, comunicamos melhor e somos mais felizes?

É, de resto, difícil não ver, nos dias que correm, estes desafios enquadrados num problema ecológico mais vasto, em que a qualidade do ambiente simbólico (e não apenas bio-físico e social) pudesse adquirir estatuto de verdadeiro objecto de estudo, dada a centralidade que adquiriu no quadro de factores que definem o que se convencionou chamar “qualidade de vida”.

Carecemos de aprofundar o alcance e consequências das transformações culturais e tecnológicas associadas à diluição de fronteiras entre universos outrora bem separados e delimitados: o público e o privado, a informação e o entretenimento, o facto e a ficção, etc.

Precisamos de aprofundar, despreconceituosamente, os universos culturais das gerações mais novas, a chamada ‘*kids culture*’, e a reconfiguração que em torno dela ocorre, com tudo o que comporta de *mix* ou *remix*, de *mashup*, de *zapping*. E tais digressões e desafios obrigar-nos-ão porventura a questionar as próprias bases epistemológicas das noções tradicionais de cidadania, que nos servem de referência e com que costumamos trabalhar.

O lado emocional da comunicação, aquilo que motiva os investimentos afectivos e transforma as relações sociais, as texturas de um quotidiano costurado de errâncias e procuras, de zonas opacas e buracos negros, onde o sentido da história e de projecto (ainda que apenas considerados no plano individual), deixaram, em muitos casos, de ter cabimento – eis outros tantos reptos que se vêm inscrever numa agenda sempre a refazer-se.

Entendo que os investigadores não podem prescindir de intervir, a seu modo, no que se passa à sua volta. A produção, partilha e difusão de conhecimento é, já de si, uma forma de intervenção. Mas talvez seja necessário acolher os desafios que advêm de novas metodologias de produção de conhecimento, tirando partido dos media sociais e valorizando a participação dos cidadãos, não apenas como objecto de estudo, mas como co-produtores do conhecimento social.. Talvez isto seja mais do que a dupla hermenêutica de que nos fala, por exemplo, Anthony Giddens. E talvez não tenha de significar, necessariamente, enveredar por uma via demogógica ou ceder a (mais) uma moda. Não é tanto um problema metodológico, mas uma questão ética aquela que me parece estar aqui em causa. Como construímos o conhecimento que construímos e de que modo nos assumimos de parte inteira como cidadãos nesse processo constitui, porventura, outro desafio deste congresso.

Foi também por tudo isto que vos e nos propusemos a “comunicação e cidadania” como tema nuclear desta reunião magna da SOPCOM. Uma vez dado o mote, cabe-nos, agora, fazer a glosa.

Bons trabalhos.

Manuel Pinto
Coordenador da Comissão Organizadora